



# RELATÓRIO DA CONTROLADORIA PREVIDENCIÁRIA

## 1º SEMESTRE

## Índice

1.	INTRODUÇÃO .....	2
2.	ADMINISTRATIVO .....	3
2.1	ALMOXARIFADO .....	3
2.2	ADIANTAMENTO .....	3
2.3	PATRIMÔNIO .....	4
2.4	CONTRATOS.....	4
3.	FINANCEIRO.....	5
3.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DÍVIDA ATIVA.....	5
3.2	TAXA ADMINISTRATIVA.....	5
3.3	RETORNO E META DE RENTABILIDADE ACUMULADOS - 1º SEMESTRE.....	8
3.4	RECEITA ORÇAMENTÁRIA E DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	10
3.5	INVESTIMENTOS.....	10
3.6	ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS .....	11
4.	PREVIDÊNCIA.....	12
4.1	AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	12
4.2	CERTIDÃO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP .....	13
4.3	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV .....	14
4.4	CONCESSÃO DE PENSÃO .....	15
4.5	CONCESSÃO DE APOSENTADORIA .....	15
4.6	PERÍCIA .....	16
4.7	PRÓ-GESTÃO .....	17
5.	PORTAL DE TRANSPARÊNCIA .....	18
6.	OUVIDORIA.....	18
7.	CONCLUSÃO .....	20

## 1. INTRODUÇÃO

Dispõe a Lei Municipal nº 913/2022 a criação desta Controladoria Previdenciária vinculada à Subsecretaria de Gestão Previdenciária e, por conseguinte, à Secretaria de Finanças da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, que estabelece normas gerais sobre o controle e fiscalização interna que por meio de auditorias analisa a legalidade, a probidade e a moralidade dos atos e procedimentos administrativos realizados pelo Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande – IPMPG, bem como emitindo pareceres e orientações, visando promover o atendimento às disposições legais nos termos do artigo 74 da Constituição Federal, Comunicado SDG nº 035/2015, assim como seguir as orientações do Manual do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP.

A competência desta Controladoria encontra-se no Anexo CC, na página nº 213 da Lei Complementar 913/2022, conforme sumária descrita abaixo:

I – Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários relativos ao RPPS; II – Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativos ao RPPS; III – Exercer o controle das operações de crédito; IV– Apoiar a Subsecretaria de Controle Interno e Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

A finalidade desta Controladoria é assegurar que os pontos de controles sejam monitorados identificando possíveis eventos de risco que possam ameaçar o processo e o bom andamento dos atos administrativos, assim como, o cumprimento de prazos, leis, regulamentos e visando o bom aproveitamento dos recursos financeiros emitindo no final recomendações, se necessário, e parecer final.

O presente relatório refere-se ao 1º semestre de 2022 e apresentará uma análise dos pontos de controle nas áreas administrativa, financeira, investimentos, repasses previdenciários, benefícios, portal da transparência e ouvidoria.

## 2. ADMINISTRATIVO

### 2.1 ALMOXARIFADO

**Assunto:** Relatório de Movimentação de Estoques. Processo nº 55/2022

O almoxarifado atende as orientações do TCESP, mantendo-se estável, emitindo requisições de saída, inventários analíticos mensais, controle das validades dos produtos, conferências periódicas e de recebimentos de materiais e mantém a segurança de estocagem dos produtos visando atender todos os departamentos de forma eficiente, prezando principalmente pela economia.

Inventário Analítico do Almojarifado 1º Semestre					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
R\$ 21.441,55	R\$ 21.234,89	R\$ 14.488,04	R\$ 15.842,76	R\$ 15.621,44	R\$ 12.428,83

### 2.2 ADIANTAMENTO

**Assunto:** Adiantamentos de janeiro a junho de 2022.

No decorrer do 1º semestre as atividades administrativas referentes aos adiantamentos e contratos foram realizadas regularmente, observando os prazos legais que regem a Lei Municipal Nº 1920 de 2018, assim como as orientações do TCESP e a Cartilha para Realização de Despesa em Regime de Adiantamento elaborado pela Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande. Não houve adiantamento no mês de fevereiro.

Mês	Processo	Valor Recebido	Valor Utilizado	Valor Restituído	Valor da Multa
Janeiro	051/2022	R\$ 600,00	R\$ 580,00	R\$ 20,00	-
Fevereiro	-	-	-	-	-
Março	111/2022	R\$ 250,00	R\$ 62,48	R\$ 187,52	
Abril	149/2022	R\$ 800,00	R\$ 207,28	R\$ 592,72	R\$ 0,48
Maior	165/2022	R\$ 800,00	R\$ 753,63	R\$ 46,37	R\$ 0,01
Junho	198/2022	R\$ 800,00	R\$ 436,16	R\$ 363,84	-

#### Recomendação:

Após análise dos processos de adiantamento recomenda-se atenção na ordem cronológica em que as justificativas são anexadas no processo.

Em relação aos pontos de controle não foram detectadas irregularidades que causassem prejuízo ao erário.

## 2.3 PATRIMÔNIO

**Assunto:** Patrimônio 2022. Processo nº 54/2022.

As movimentações dos bens patrimoniados constam nos Relatórios de Transferências de Bens assim como os Termos de Responsabilidade assinados pelos responsáveis de cada departamento e fixados em cada sala.

Durante o período de transição de IPMPG para FPGPREV, os bens patrimoniados estão sendo controlados normalmente e as providências para serem transferidos para a Prefeitura estão sendo tomadas com o apoio da Comissão Especial de Servidores instituída pelo Decreto nº 7532 de 01 de abril de 2022, presidida pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Cristiano de Mola.

Durante o 1º semestre de 2022 não houve desincorporação de bens patrimoniados.

## 2.4 CONTRATOS

Nas tabelas abaixo constam os contratos e termos de prorrogações firmados com o IPMPG que estão sendo acompanhados pelos respectivos responsáveis para atender os prazos e seus respectivos pagamentos.

- Firmados em 2022.

Contrato 01/2022			
<b>Contratado:</b> Telefônica Brasil S/A		<b>CNPJ:</b> 02.558.157/0001-62	
<b>Descrição:</b> Contratação de Serviços de Telefonia Fixa		<b>Período de Vigência:</b>	12 meses a partir de 10/01/2022
<b>Processo nº</b> 402/2021	<b>Valor:</b> R\$ 7.788,00		

Contrato 02/2022			
<b>Contratado:</b> Telefônica Brasil S/A		<b>CNPJ:</b> 02.558.157/0001-62	
<b>Objeto:</b> Serviços de Fornecimento de Link Dedicado		<b>Período de Vigência:</b>	12 meses a partir de 11/01/2022
<b>Processo nº</b> 401/2021	<b>Valor:</b> R\$ 16.560,00		

Contrato 03/2022			
<b>Contratado:</b> Crédito e Mercado Engenharia		<b>CNPJ:</b> 20.306.104/0001-36	
<b>Objeto:</b> Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria - CADPREV		<b>Período de Vigência:</b>	12 meses a partir de 18/03/2022
<b>Processo nº</b> 079/2022	<b>Valor:</b> R\$ 4.800,00		

CONTRATO 04/2022			
<b>Contratado:</b> Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A.		<b>CNPJ:</b> 42.422.253/0001-01	
<b>Objeto:</b> Prestação de Serviços de Estratégicos de Tecnologia da Informação - COMPREV		<b>Período de Vigência:</b>	5 anos a partir de 06/01/2022
<b>Processo nº</b> 370/2021	<b>Valor:</b> R\$168.000,00		

- Prorrogados em 2022

Termo de Prorrogação 01/2022			
<b>Contratado:</b> First Print Soluções em Tecnologia LTDA		<b>CNPJ:</b> 28.699.022/0001-00	
<b>Objeto:</b> Locação de Impressoras Multifuncionais		<b>Período de</b>	12 meses a partir
<b>Processo nº</b> 433/2018	<b>Valor:</b> R\$ 10.261,43	<b>Vigência:</b>	de 06/02/2022

Termo de Prorrogação 02/2022			
<b>Contratado:</b> Telefônica Brasil S/A		<b>CNPJ:</b> 02.558.157/0001-62	
<b>Objeto:</b> Serviços de Telefonia Móvel		<b>Período de</b>	12 meses a partir
<b>Processo nº</b> 196/2021	<b>Valor:</b> R\$ 6.930,00	<b>Vigência:</b>	de 02/06/2022

Termo de Prorrogação 03/2022			
<b>Contratado:</b> CONAM Consultoria em Administração Municipal LTDA		<b>CNPJ:</b> 51.235.448/0001-25	
<b>Objeto:</b> Serviço de Cessão de Software		<b>Período de</b>	12 meses a partir
<b>Processo nº</b> 174/2021	<b>Valor:</b> R\$ 154.000,00	<b>Vigência:</b>	de 20/07/2022

### 3. FINANCEIRO

#### 3.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DÍVIDA ATIVA

Conforme declaração negativa do Departamento Financeiro não ocorreram operações de créditos e nem inscrições em dívida ativa no 1º semestre de 2022.

#### 3.2 TAXA ADMINISTRATIVA

Conforme disposta na Lei Complementar Nº 884/2021, Art. 1º - “Os recursos a serem despendidos pelo Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande – IPMPG, a título de despesas administrativas de custeio de seu funcionamento, não poderão, em hipótese alguma, **exceder a 2% (dois por cento)** do valor total das remunerações, de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS no exercício financeiro anterior”.

Após análise no processo apresentado pela contabilidade foi constatado que o Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG vem atendendo as determinações da Lei Complementar nº 884/2021, conforme o Processo Administrativo nº 31/2022 referente as Despesas Administrativas de 2022. A seguir serão informados os totais das receitas e despesas durante o 1º semestre de 2022:

- Janeiro:

Apuração do limite conforme Art. 15º da Portaria, de 10 de dezembro de 2008	
Órgão	Janeiro/2021
Prefeitura	41.879.363,08
Câmara	552.462,63
IPMPG	66.342,89
<b>TOTAL</b>	<b>42.498.168,60</b>
<b>Limite 2% da remuneração da contribuição em 01/2021</b>	<b>849.963,37</b>

Apuração da execução das RECEITAS e DESPESAS administrativas em 2022	
Órgão	Janeiro/2022
Base de Cálculo das Contribuições	30.979.278,84
Prefeitura	30.488.089,45
Câmara	424.559,63
IPMPG	66.629,76
<b>Receitas administrativas - 2% das contribuições</b>	<b>619.585,58</b>
<b>Despesas administrativas realizadas no mês</b>	<b>154.696,47</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>464.889,11</b>

- Fevereiro:

Apuração do limite conforme Art. 15º da Portaria, de 10 de dezembro de 2008	
Órgão	Base de cálculo das contribuições Fevereiro/2021
Prefeitura	31.009.447,82
Câmara	466.005,46
IPMPG	64.430,76
<b>TOTAL</b>	<b>31.539.884,04</b>
<b>Limite 2% da remuneração da contribuição em 02/2021</b>	<b>630.797,68</b>

Apuração da execução das RECEITAS e DESPESAS administrativas em Fevereiro de 2022		
Órgão	Base de Cálculo das Contribuições	2%
Prefeitura	33.502.926,48	670.058,53
Câmara	429.597,91	8.591,96
IPMPG	66.629,76	1.332,60
a) Receitas administrativas arrecadadas no mês		679.983,09
b) Despesas administrativas realizadas no mês		967.778,50
c) Custo administrativo no mês (b - a)		287.795,41
d) Resultado financeiro no mês (a - c)		392.187,68
<b>Saldo da Reserva Administrativa em 02/2022</b>		<b>6.378.654,72</b>

-Março:

Apuração do limite conforme Art. 15º da Portaria, de 10 de dezembro de 2008	
Órgão	Base de cálculo das contribuições Março/2021
Prefeitura	31.109.944,85
Câmara	436.223,44
IPMPG	64.430,76
<b>TOTAL</b>	<b>31.610.599,05</b>
<b>Limite 2% da remuneração da contribuição em 03/2021</b>	<b>632.211,98</b>

Apuração da execução das RECEITAS e DESPESAS administrativas em Março de 2022		
Órgão	Base de Cálculo das Contribuições	2%
Prefeitura	33.908.403,20	678.168,06
Câmara	423.453,97	8.469,08
IPMPG	66.629,76	1.332,60
a) Receitas administrativas arrecadadas no mês		687.969,74
b) Despesas administrativas realizadas no mês		1.042.739,05
c) Custo administrativo no mês (b - a)		354.769,31
d) Resultado financeiro no mês (a - c)		333.200,43
<b>Saldo da Reserva Administrativa em 03/2022</b>		<b>6.798.572,77</b>

- Abril:

Apuração do limite conforme Art. 15º da Portaria, de 10 de dezembro de 2008	
Órgão	Base de cálculo das contribuições Abril/2021
Prefeitura	31.063.315,53
Câmara	354.204,35
IPMPG	63.154,21
<b>TOTAL</b>	<b>31.480.674,09</b>
<b>Limite 2% da remuneração da contribuição em 04/2021</b>	<b>629.613,48</b>

Apuração da execução das RECEITAS e DESPESAS administrativas em Abril de 2022		
Órgão	Base de Cálculo das Contribuições	2%
Prefeitura	34.667.771,16	693.355,42
Câmara	480.019,62	9.600,39
IPMPG	0,00	0,00
a) Receitas administrativas arrecadadas no mês		702.955,81
b) Despesas administrativas realizadas no mês		1.290.341,95
c) Custo administrativo no mês (b - a)		587.386,14
d) Resultado financeiro no mês (a - c)		115.569,67
<b>Saldo da Reserva Administrativa em 04/2022</b>		<b>6.927.592,67</b>

- Maior:

Apuração do limite conforme Art. 15º da Portaria, de 10 de dezembro de 2008	
Órgão	Base de cálculo das contribuições Maio/2021
Prefeitura	31.050.753,23
Câmara	354.204,37
IPMPG	60.949,26
<b>TOTAL</b>	<b>31.465.906,86</b>
<b>Limite 2% da remuneração da contribuição em 05/2021</b>	<b>629.318,14</b>

Apuração da execução das RECEITAS e DESPESAS administrativas em Maio de 2022		
Órgão	Base de Cálculo das Contribuições	2%
Prefeitura	38.568.865,21	771.377,30
Câmara	458.473,01	9.169,46
IPMPG	0,00	0,00
a) Receitas administrativas arrecadadas no mês		780.546,76
b) Despesas administrativas realizadas no mês		936.246,37
c) Custo administrativo no mês (b - a)		155.699,61
d) Resultado financeiro no mês (a - c)		624.847,15
<b>Saldo da Reserva Administrativa em 05/2022</b>		<b>7.621.515,33</b>

- Junho:

Apuração do limite conforme Art. 15º da Portaria, de 10 de dezembro de 2008	
Órgão	Base de cálculo das contribuições Junho/2021
Prefeitura	31.076.334,29
Câmara	365.113,60
IPMPG	60.949,26
<b>TOTAL</b>	<b>31.502.397,15</b>
<b>Limite 2% da remuneração da contribuição em 06/2021</b>	<b>630.047,94</b>

Apuração da execução das RECEITAS e DESPESAS administrativas em Junho de 2022		
Órgão	Base de Cálculo das Contribuições	2%
Prefeitura	39.838.745,43	796.774,91
Câmara	462.324,57	9.246,49
IPMPG	0,00	0,00
a) Receitas administrativas arrecadadas no mês		806.021,40
b) Despesas administrativas realizadas no mês		973.691,75
c) Custo administrativo no mês (b - a)		167.670,35
d) Resultado financeiro no mês (a - c)		638.351,05
<b>Saldo da Reserva Administrativa em 06/2022</b>		<b>8.337.292,96</b>

### 3.3 RETORNO E META DE RENTABILIDADE ACUMULADOS - 1º SEMESTRE

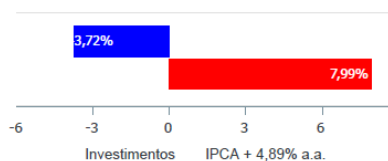


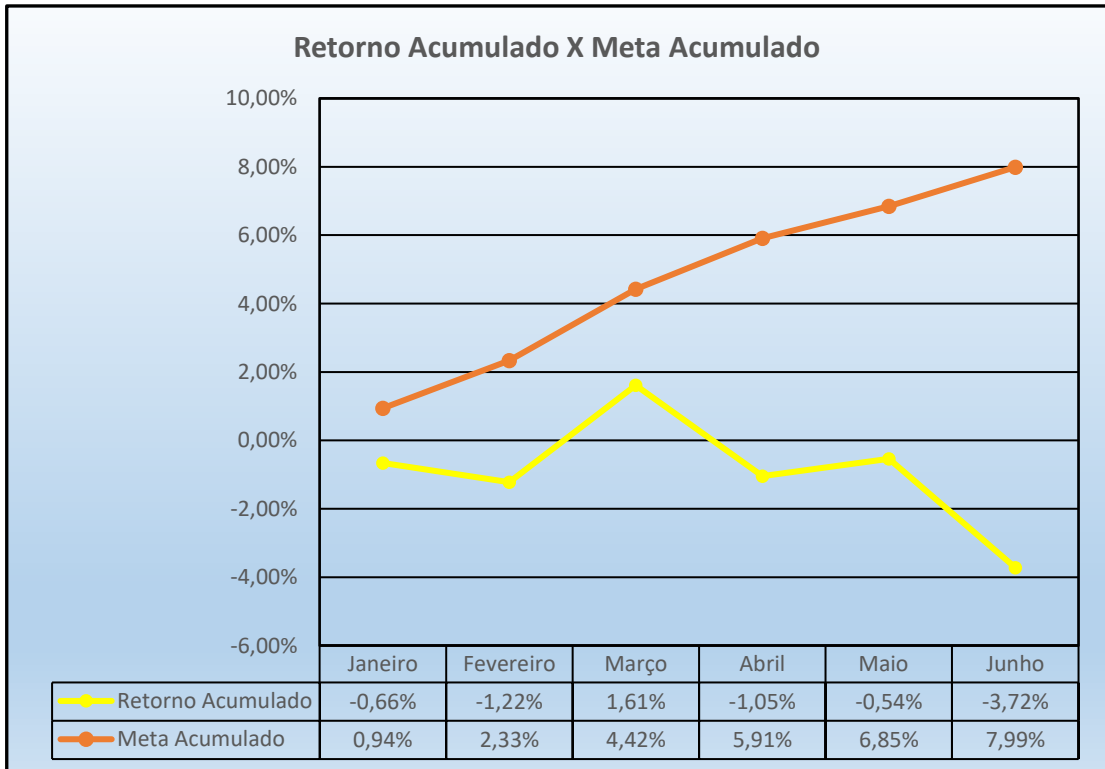
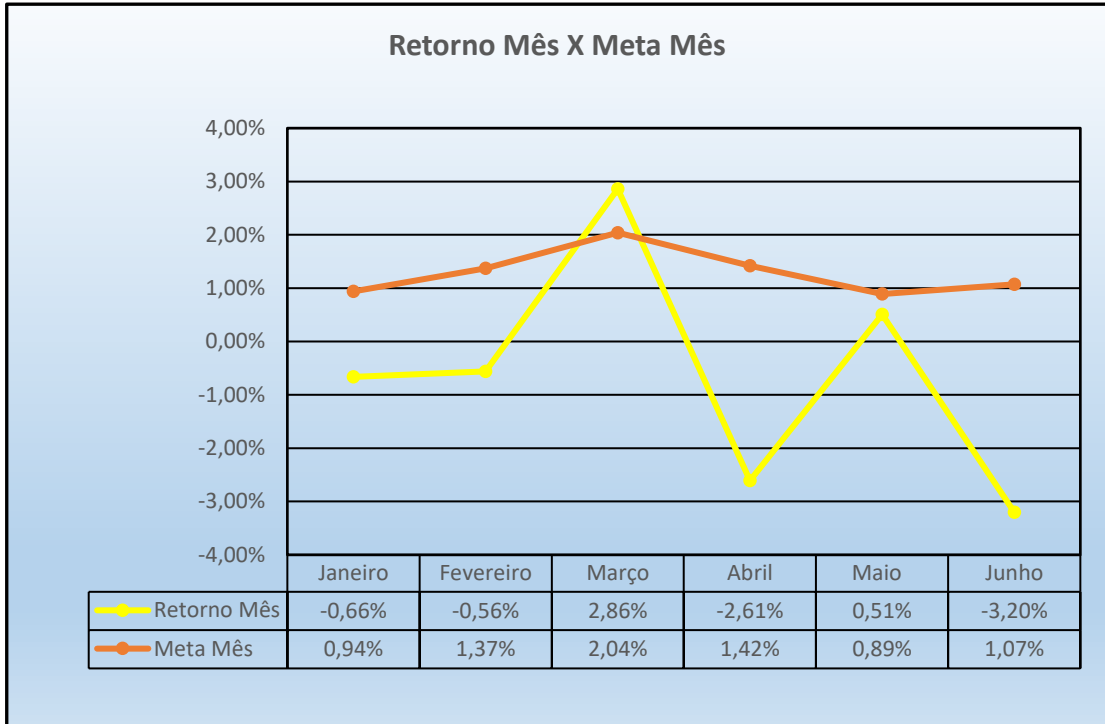
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE  
Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - Base: 30/06/2022

#### Retorno e Meta de Rentabilidade acumulados no ano de 2022

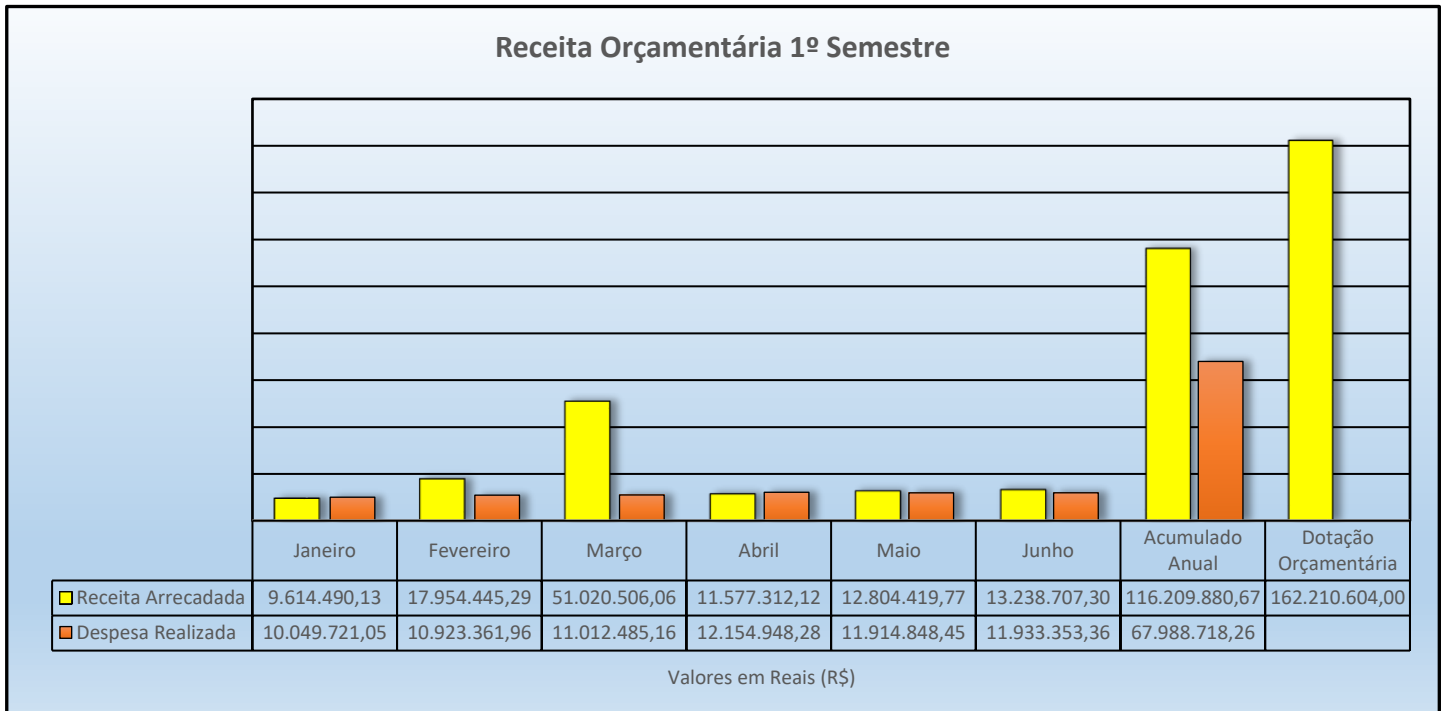
Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	762.320.220,84	8.984.975,46	9.482.591,94	756.762.308,05	-5.060.296,31	-5.060.296,31	-0,66%	-0,66%	0,94%	0,94%	-70,56%	4,86%
Fevereiro	756.762.308,05	36.471.172,50	36.295.135,91	752.732.413,57	-4.205.931,07	-9.266.227,38	-0,56%	-1,22%	1,37%	2,33%	-52,22%	4,25%
Março	752.732.413,57	115.536.837,50	115.295.738,79	774.504.551,26	21.531.038,98	12.264.811,60	2,86%	1,61%	2,04%	4,42%	36,40%	5,14%
Abril	774.504.551,26	10.414.315,89	10.962.215,69	753.725.023,34	-20.231.628,12	-7.966.816,52	-2,61%	-1,05%	1,42%	5,91%	-17,69%	4,25%
Maior	753.725.023,34	12.054.729,82	11.240.314,77	758.372.330,77	3.832.892,38	-4.133.924,14	0,51%	-0,54%	0,89%	6,85%	-7,92%	4,79%
Junho	758.372.330,77	13.057.751,21	13.062.319,54	734.117.757,37	-24.250.005,07	-28.383.929,21	-3,20%	-3,72%	1,07%	7,99%	-46,57%	4,50%

Investimentos x Meta de Rentabilidade





### 3.4 RECEITA ORÇAMENTÁRIA E DESPESA ORÇAMENTÁRIA



### 3.5 INVESTIMENTOS

#### Envio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR

O DAIR, desde a nova versão do CADPREV-Ente Local, tem sua declaração de forma mensal. O prazo será o mês subsequente ao período que se deseja enviar.

Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos											
Ente	CNPJ do Ente	Exercício	Mês	Finalidade do DAIR	Data de Posição	Data de Envio	Notificação de Irregularidade	Retificação	Imprimir DAIR PDF	Imprimir APRs PDF	
Praia Grande	46.177.531/0001-55	2022	Junho	DAIR - Encerramento do Mês	30/06/2022	19/07/2022 18:32:30	Emitida em 19/07/2022 18:32:34	Não			
Praia Grande	46.177.531/0001-55	2022	Maior	DAIR - Encerramento do Mês	31/05/2022	29/06/2022 22:17:21	Emitida em 29/06/2022 22:17:26	Não			
Praia Grande	46.177.531/0001-55	2022	Abril	DAIR - Encerramento do Mês	30/04/2022	24/05/2022 17:27:38	Emitida em 24/05/2022 17:27:42	Não			
Praia Grande	46.177.531/0001-55	2022	Março	DAIR - Encerramento do Mês	31/03/2022	12/05/2022 13:51:13		Não			
Praia Grande	46.177.531/0001-55	2022	Fevereiro	DAIR - Encerramento do Mês	28/02/2022	06/05/2022 14:56:45		Não			
Praia Grande	46.177.531/0001-55	2022	Janeiro	DAIR - Encerramento do Mês	31/01/2022	05/05/2022 17:07:19		Não			

#### Envio do Demonstrativo de Política de Investimentos – DPIN

O DPIN representa a política de investimentos que será seguida pelo Instituto de Previdência para o ano de sua aprovação. O prazo de envio para o demonstrativo é 31/10 do ano anterior a validade da Política de Investimentos.

Demonstrativo da Política de Investimentos							
Ente	CNPJ do Ente	Exercício	Data de Envio	Notificação de Irregularidade	Consultar Política de Investimento Digitalizada	Retificação	Imprimir DPIN PDF
Praia Grande	46.177.531/0001-55	2022	28/01/2022 09:29:51			Não	

### 3.6 ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

As informações sobre os investimentos do IPMPG foram obtidas através dos relatórios emitidos pela empresa Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda.

#### Enquadramento e Política de Investimento (RENDA FIXA) - base (Junho / 2022)

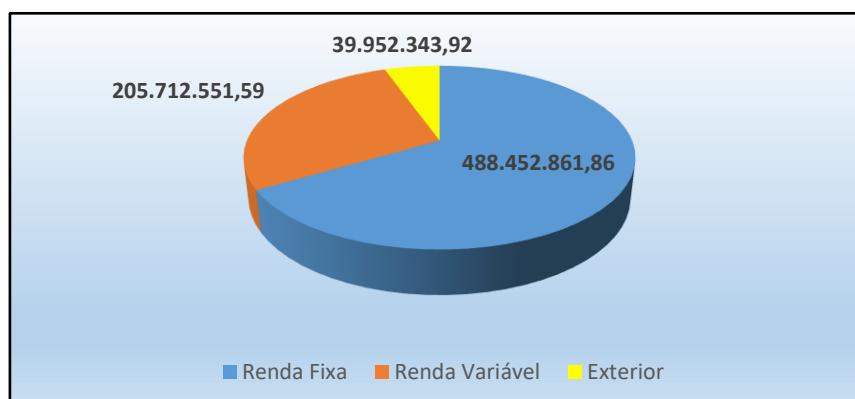
Artigos - Renda Fixa	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2022			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'a'	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	734.117.757,37
Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b'	100,00%	288.944.138,92	39,36%	15,00%	29,48%	100,00%	445.173.618,45
Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a'	60,00%	188.366.409,33	25,66%	0,00%	23,00%	45,00%	141.986.581,49
Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'a'	5,00%	174.687,95	0,02%	0,00%	0,02%	5,00%	36.531.199,92
Artigo 7º, Inciso V, Alínea 'b'	5,00%	10.967.625,66	1,49%	0,00%	2,50%	5,00%	25.738.262,21
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>488.452.861,86</b>	<b>66,54%</b>	<b>15,00%</b>	<b>55,00%</b>	<b>255,00%</b>	

#### Enquadramento e Política de Investimento (RENDA VARIÁVEL) - base (Junho/2022)

Artigos - Renda Variável	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2022			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 8º, Inciso I	30,00%	148.615.987,67	20,24%	5,00%	26,85%	35,00%	108.325.227,41
Artigo 10º, Inciso I	10,00%	56.281.216,40	7,67%	0,00%	8,00%	10,00%	17.130.559,34
Artigo 10º, Inciso II	5,00%	88.805,86	0,01%	0,00%	0,03%	5,00%	36.617.082,01
Artigo 11º	5,00%	726.541,66	0,10%	0,00%	0,12%	5,00%	35.979.346,21
<b>Total Renda Variável</b>	<b>30,00%</b>	<b>205.712.551,59</b>	<b>28,02%</b>	<b>5,00%</b>	<b>35,00%</b>	<b>55,00%</b>	

#### Enquadramento e Política de Investimento (EXTERIOR) - base (Junho/2022)

Artigos - Exterior	Resolução	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - Limite - 2022			GAP Superior
				Inferior	Alvo	Superior	
Artigo 9º, Inciso II	10,00%	26.500.201,95	3,61%	0,00%	6,50%	10,00%	46.911.573,79
Artigo 9º, Inciso III	10,00%	13.452.141,97	1,83%	0,00%	3,50%	10,00%	59.959.633,77
<b>Total Exterior</b>	<b>10,00%</b>	<b>39.952.343,92</b>	<b>5,44%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>20,00%</b>	



## 4. PREVIDÊNCIA

### 4.1 AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial foi elaborada no encerramento do exercício financeiro de dezembro/2021 e está disponível no link abaixo.

[https://www.ipmpg.sp.gov.br/arquivo/avaliacao\\_atuarial/Avaliacao\\_Atuarial\\_2021.pdf](https://www.ipmpg.sp.gov.br/arquivo/avaliacao_atuarial/Avaliacao_Atuarial_2021.pdf)

O DRAA foi enviado e processado no dia 28/04/2022, segundo site do CADPREV.

Exercício	Visualizar DRAA (PDF)	Situação do DRAA	Data de Envio do DRAA
2022		Documentos digitalizados enviados	28/04/2022
2022		Substituída Antes da Recepção dos Arquivos Digitalizados	26/04/2022

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS		
<b>2.2.7.2.1.00.00</b>	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>1.074.732.908,60</b>
<b>2.2.7.2.1.01.00</b>	<b>FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	-
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-
<b>2.2.7.2.1.02.00</b>	<b>FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	-
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-
<b>2.2.7.2.1.03.00</b>	<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>1.279.625.645,61</b>
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.362.158.420,77
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	40.241.475,37
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.621.152,31
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	40.670.147,48
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
<b>2.2.7.2.1.04.00</b>	<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>828.245.230,96</b>
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2.105.900.969,46
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	568.118.460,48
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	541.065.200,46
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	168.472.077,56
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
<b>2.2.7.2.1.05.00</b>	<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PLANO DE AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(1.033.137.967,97)</b>
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	1.033.137.967,97
<b>2.2.7.2.1.06.00</b>	<b>PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO</b>	-
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
<b>2.2.7.2.1.07.00</b>	<b>PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</b>	-
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	-
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	-
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	-
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	-

#### Nota Explicativa

Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), utilizamos a taxa de juros de 4,89% ao ano, em atendimento ao Art. 26 da Portaria MF nº 464/2018.

## 4.2 CERTIDÃO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP

O certificado de Regularidade Previdenciária – CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPREV, do Ministério da Economia – ME, que atesta que o ente público cumpriu os critérios e exigências estabelecidas na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

O não cumprimento desses critérios, além de suspender o CRP, penaliza o município com as seguintes sanções: suspensão das transferências voluntárias; suspensão de empréstimos e financiamento; suspensão de compensação previdenciária, etc.

A verificação do CRP foi realizada no link oficial da SPREV:

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/visualizarCrp2.xhtml?id=207610>

O CRP foi renovado em 22/03/2022 com **validade até 18/09/2022**.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA  
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

**Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP**

**Ente Federativo: Praia Grande UF: SP**  
**CNPJ Principal: 46.177.531/0001-55**

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

**FINALIDADE DO CERTIFICADO**

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:


- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.

**EMITIDO EM 22/03/2022**  
**VÁLIDO ATÉ 18/09/2022**

**N.º 986921 -**  
**207610**

### 4.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV

A Secretaria de Previdência, através da Circular SEI nº 4114/2020/ME, item 13, encaminhou orientações sobre a implementação do novo sistema da Compensação Previdenciária – COMPREV e informou que os valores serão disponibilizados para pagamento, a cada regime instituidor, até o 5º dia útil do mês subsequente ao fechamento.

O total dos valores recebidos e pagos até o encerramento do mês de junho de 2022 são:

Valor Total Líquido Solicitante --> Destinatário			
Período	(1) IPMPG --> RGPS	(2) RGPS --> IPMPG	(3) IPRESV --> IPMPG
Janeiro	256.116,54	11.036,70	55,81
Fevereiro	255.422,21	11.036,70	55,81
Março	251.086,42	11.036,70	55,81
Abril	253.733,98	10.852,37	55,81
Mai	253.675,33	10.911,02	55,81
Junho	250.126,51	10.911,02	55,81
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.520.160,99</b>	<b>R\$ 65.784,51</b>	<b>R\$ 334,86</b>

- (1) Valores repassados do INSS para o IPMPG.
- (2) Valores repassados do IPMPG para o INSS.
- (3) Valores repassados do IPMPG para o IPRESV.

Na sequência informo o relatório sobre o andamento dos requerimentos na competência junho de 2022:

Descrição	Solicitante / Destinatário		
	RGPS --> IPMPG	IPMPG --> RGPS	Outros RPPS --> IPMPG
Aguardando Análise	0	184	9
Aguardando Análise Médica	0	41	4
Aguardando Compensação Aposentadoria	1	7	0
Análise Suspensa	0	0	0
Compensado	12	167	0
Criado	0	0	0
Deferido	0	0	0
Em Análise	0	0	0
Em Compensação	41	275	1
Em Exigência	414	99	1
Indeferido	0	1	0
Em Análise Perito Médico	0	0	0
Alterado	0	0	0
Exigência / Indeferido	8	300	0
Indeferido Ratificado	0	9	0

**Outros RPPS\*:** Das cidades de São Paulo, Itanhaém e São Vicente e do Estado de São Paulo

#### 4.4 CONCESSÃO DE PENSÃO

No 1º semestre do exercício de 2022, o IPMPG concedeu 11 pensões por morte. Esta Controladoria fez uma análise documental através de relatórios emitidos pelo sistema SIAP.

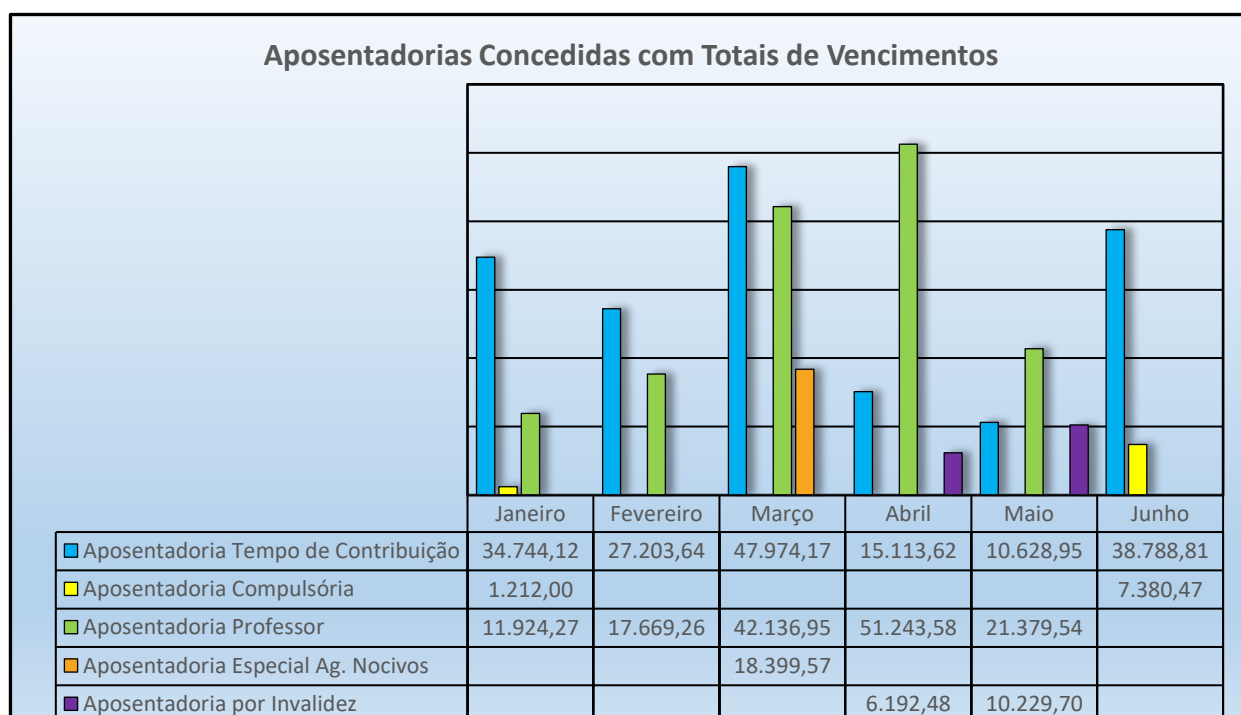
Pensões Concedidas - 1º Semestre			
	Janeiro	Fevereiro	Abril
Servidores	2	5	4
Vencimentos	2.424,00	7.992,88	22.318,96

#### 4.5 CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

Neste 1º semestre o IPMPG concedeu um total de 53 aposentadorias durante os meses de janeiro a junho, conforme tabela abaixo:

Aposentadorias Concedidas por Tipo de Regime						
Descrição dos Regimes	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Aposentadoria Tempo de Contribuição	5	5	9	4	1	10
Aposentadoria Professor	1	1	4	4	2	0
Aposentadoria Compulsória	1			0	0	1
Aposentadoria Especial Ag. Nocivos	0	0	1	0	0	0
Aposentadoria Invalidez	0	0	0	2	2	0
Total	7	6	14	10	5	11
<b>Total Geral</b>	<b>53</b>					

A seguir, o gráfico exibe o total dos vencimentos discriminados pelos regimes de aposentadorias concedidos durante os meses de janeiro a junho de 2022.



#### 4.6 PERÍCIA

**Assunto:** Revisão de Aposentadoria por Invalidez que foram concedidas de 2021 a 2022, de acordo com o Art. 55 da Lei Complementar Nº 781/2018 – Processo nº101/2022.

A perícia médica é realizada pela empresa ENDOMASTER GESTÃO OCUPACIONAL ASSESSORIA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO PERÍCIAS MÉDICAS E PARECERES TÉCNICOS LTDA-EPP, sendo o Dr. Ricardo João Mezzarane – CRM 87.834 e RQE 23.698, responsável pelos Pareceres Técnico Pericial realizados no Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande.

Foram realizados o total de 27 análises na Perícia Médica durante o 1º Semestre de 2022, sendo:

**- Aposentadoria por Invalidez:**

Foram analisadas 15 solicitações de aposentadoria por invalidez, sendo (14) aprovadas e (1) rejeitada após análise da perícia médica.

**- Revisão de Aposentadoria por Invalidez:**

Foram realizadas 6 revisões de aposentadorias por invalidez, sendo (6) aprovadas após análise da perícia.

**- Solicitação de Isenção de Imposto de Renda:**

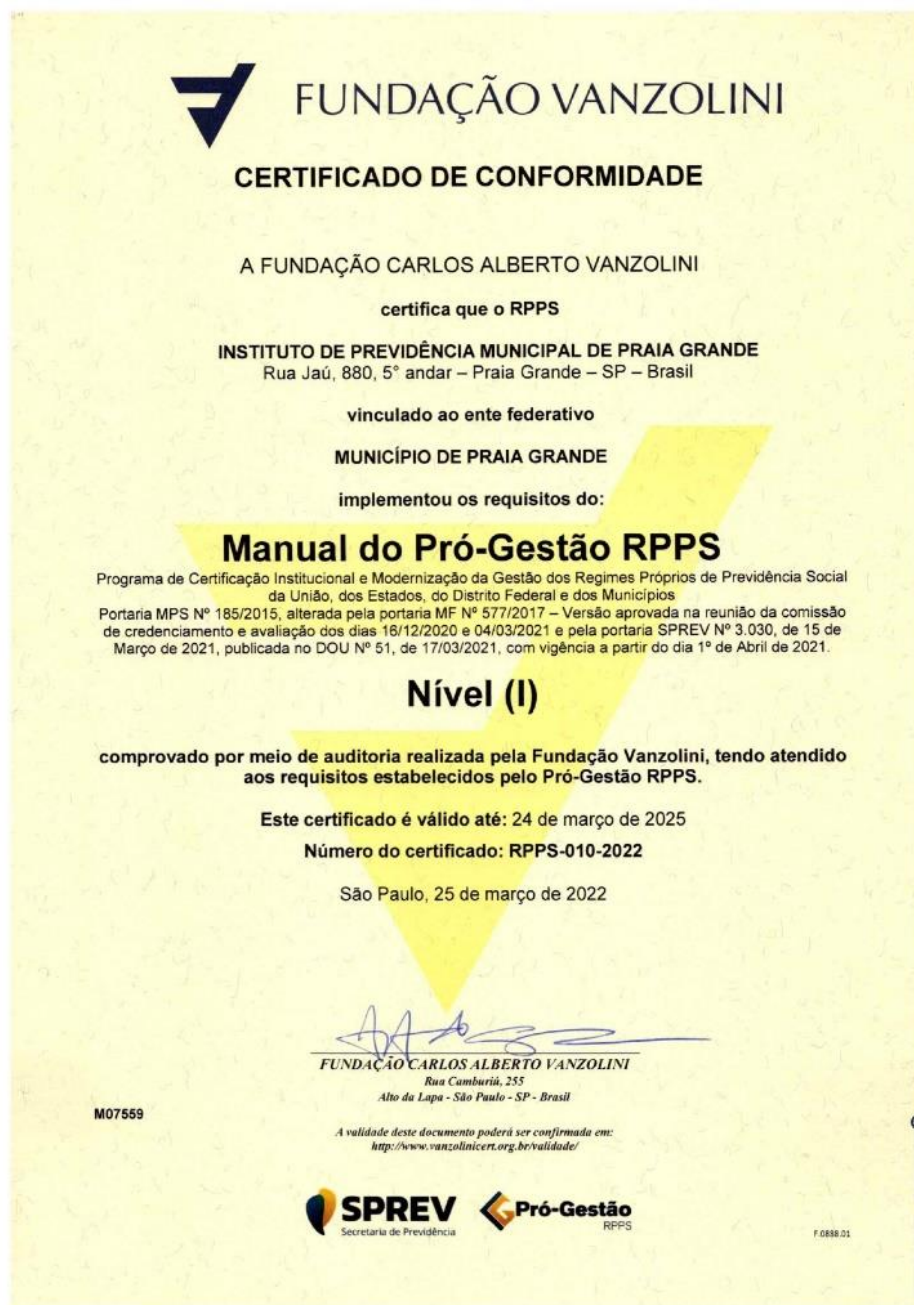
Foram analisadas 5 solicitações para Isenção do Imposto de Renda com base no disposto da Lei Complementar nº 781/2018, sendo (3) aprovadas e (2) rejeitadas após análise da perícia.

**- Licença Maternidade:**

Foi concedida (1) licença maternidade.

#### 4.7 PRÓ-GESTÃO

Foi comprovada após auditoria realizada pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini que o Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande - IPMPG, preencheu os requisitos para obter Certificação do Pró-Gestão emitido em 25 de março de 2022, com validade até 24 de março de 2025.



### 5. PORTAL DE TRANSPARÊNCIA

A Lei da Transparência foi criada para divulgar em tempo real as receitas e despesas de toda entidade pública em meios eletrônicos de acesso público.

O Portal de Transparência do Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande está disponível no link abaixo e atende as recomendações da Lei Complementar Nº 131/2009.

<https://leideacesso.etransparencia.com.br/praiagrande.previdencia.sp/login.html>

### 6. OUVIDORIA

O IPMPG possui Ouvidoria através do site [www.ipmpg.sp.gov.br](http://www.ipmpg.sp.gov.br) para tirar dúvidas bem como encaminhar reclamações, sugestões e elogios.

**Mensagem online**

CPF:

Digite o seu nome:

Digite o seu email:

Digite a sua mensagem:

O servidor ativo também pode solicitar no site o Extrato Previdenciário após preencher a solicitação abaixo:

**Solicite o seu Extrato preenchendo os campos abaixo**

Ente Público:

CPF:

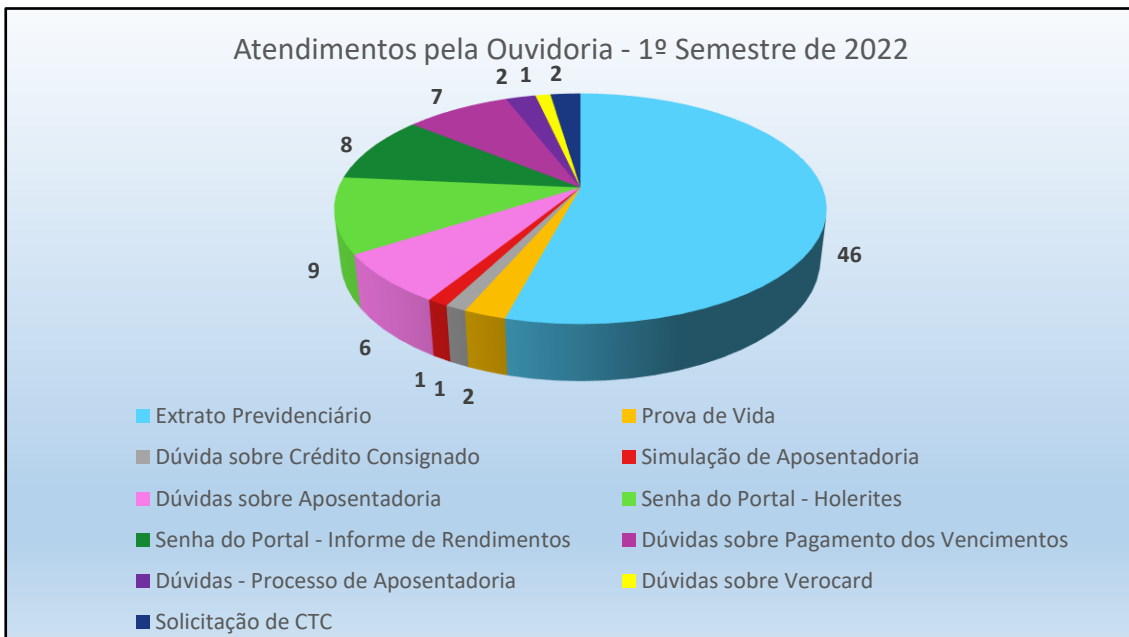
Nome:

Email:

Registro:

Os formulários serão encaminhados para [ouvidoria@ipmpg.sp.gov.br](mailto:ouvidoria@ipmpg.sp.gov.br) onde o responsável pela Ouvidoria direciona os e-mails para os demais responsáveis de acordo com o assunto abordado.

O gráfico a seguir informa as dúvidas e solicitações nos atendimentos encaminhados para a Ouvidoria durante o 1º semestre de 2022. Foram no total 85 atendimentos neste período.



## 7. CONCLUSÃO

Durante a confecção do Relatório da Controladoria Previdenciária referente ao período do 1º Semestre de 2022 não foram encontrados erros ou ocorrências de atos ilegais ou ilegítimos que tenham resultado ou não em danos ao erário, mesmo com a recomendação na página 03, tal observação decorre da inobservância meramente formal, não configurando má-fé e nem prejuízo aos recursos públicos, e tampouco comprometeu a execução do objeto pretendido.

Todos os atos foram divulgados e publicados mensalmente em reuniões dos Conselhos e também em Audiência Pública, dando total transparência e publicidade aos procedimentos administrativos de acordo com as legislações vigentes e das orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP.

Diante do acima exposto, emite-se parecer **FAVORÁVEL** a presente prestação de contas para que seja encaminhado aos membros do Conselho Administrativo para apreciação.

Praia Grande, 01 de agosto de 2022.

Andrea de Souza Credidio  
Chefe da Controladoria Previdenciária  
**SEFIN 7.8.1.3**